



**SIM
BRA
UISA**

VIGILÂNCIA SANITÁRIA:
DIREITO À SAÚDE E O
FORTALECIMENTO DO SUS

20 a 24 de novembro
João Pessoa | 2023

Oficina Inter GTs ampliada da Abrasco sobre Vigilância da Saúde de populações expostas aos agrotóxicos e saúde reprodutiva

9º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

Data: 21 de novembro de 2023

Local: João Pessoa (PB)

Programação	
8h - 8:30	Acolhimento
8:30 - 9:00	Boas vindas da presidente da Abrasco
	Apresentação do objetivo da oficina
	Dinâmica de apresentação
9h - 9:15	Apresentação da metodologia de trabalho/organização dos grupos
9:15 - 12:30	Discussão nos grupos
12:30 - 13:30	Intervalo (Almoço)
13:30 - 14:30	Síntese de cada grupo
14:30 - 15:30	Apresentação das sínteses e acréscimo de propostas
16h - 17h	Encaminhamento da nota/síntese de moção

Objetivo geral:

Realizar uma Oficina sobre o tema da vigilância de populações expostas e vulneráveis aos agrotóxicos e as implicações para a saúde reprodutiva e as perspectivas apontadas na VSPEA e as novas institucionalidades exigidas.

Objetivos específicos:

1. Debater e fazer proposições de como considerar a participação social como “chave” fundamental para construir as perspectivas da territorialidade e integralidade;
2. Com ênfase em situações de vulnerabilização/vulnerabilidade, debater e fazer proposições de como efetivar a territorialidade para ação nos processos de determinação socioambiental, considerando as diferenças culturais e ambientais e os modos de produção e de consumo, que impõem às populações modos distintos de exposição às nocividades dos agrotóxicos;
3. Debater e fazer proposições de como considerar a integralidade, prevista nos princípios do SUS, para ações de vigilância-cuidado e os caminhos para sua efetivação?

Questões orientadoras, segundo os três eixos:

3.1 EIXO DA PARTICIPAÇÃO

3.1.1. Como construir estruturas que possam dar sustentabilidade, autonomia, solidariedade e resolutividade às ações de saúde nos territórios para que a vigilância dos agrotóxicos seja efetiva?

Parte do SUS tem capilaridade nos territórios mediante a APS, no entanto ainda as diversas vigilâncias específicas existentes no sistema seguem verticais e centralizadas desde o nível Federal, gerando ineficácia, dicotomias, excesso de demanda para o nível local, pouca efetividade entre outros elementos que impedem o diálogo intra e inter setorial e com os grupos populacionais que implicados nas problemáticas dos agrotóxicos.

3.1.2. Que características devem ter os métodos empregados para efetivar a participação das pessoas e das comunidades nos processos de vigilância em saúde, frente ao contexto e situações de risco relacionados ao uso dos agrotóxicos?

A participação da população para o fortalecimento das ações de saúde, dos espaços públicos e movimentos de resistência aos processos de vulnerabilização socioambiental é essencial e

urgente, sendo também necessário repensar e problematizar que tipo de participação tem se promovido, o quanto ela tem sido capaz de contemplar e legitimar as diversas formas de expressão e manifestação das pessoas. Os espaços institucionalizados de controle social precisam acolher pessoas e grupos que têm seu lugar social negado, que vivem situações históricas de exclusão e silenciamento e que não se enquadram em certos padrões e formalidades de expressão da vida estabelecidos pelos grupos de poder. Constatamos que para muitas áreas de conhecimento e ação fundamentais, como as de saúde, ambiente e trabalho, existe uma crônica dificuldade do Sistema Único de Saúde em notificar e investigar agravos e doenças, bem como os danos ambientais, decorrentes dos processos produtivos e de consumo nos seus três níveis de gestão. Diversos saberes e práticas são desconsiderados pelas concepções e ações de vigilância em saúde do campo sanitário dos Estados e Municípios, tais como os movimentos e iniciativas que podemos denominar de Vigilância Popular da Saúde, Ambiente e Trabalho, nascidos nos territórios e da organização popular. Estes se fortalecidos podem reorientar a ação dos serviços de saúde do SUS, bem como seus processos formativos na direção de uma vigilância da saúde participativa e mais efetiva quanto à proteção, prevenção e cuidado da saúde e do ambiente. Como características fundamentais apontamos: a perspectiva sistêmica/integrada/multi-escalar, de organização local, que siga um método participativo e que tem processos de avaliação com incorporação de novos processos para avançar nas questões elencadas como desafios a serem superados.

3.1.3. Que instrumentos de informação, de comunicação e de avaliação devem ser desenvolvidos para que o diagnóstico, planejamento, ação e avaliação participativos sejam efetivados?

A participação depende da construção de sentidos e de compartilhamentos, aquilo que é capaz de mexer com os desejos, as perspectivas e a consciência. O desejo singular de cada indivíduo também universaliza, porque somente os seres de sentido conseguem encontrar significado no/com o outro.

Paulo Freire quando abordou a autonomia a vinculou ao conceito de dignidade, o que remete a um processo de construção e de respeito. Ela é uma conquista que depende da tomada de consciência, de acesso à informação e conhecimentos em contextos comprometidos com a emancipação dos sujeitos frente às opressões e exclusões da sociedade capitalista.

Métodos baseados em um olhar integrado, sistêmico, que privilegie os processos de comunicação e participação, que atue sobre o território com transparência, avaliação participativa e transparência na informação deve ser buscado e implementado. Projetos pilotos podem ser instituídos para testar essas iniciativas.

Os instrumentos podem ser aqueles apontados pela política Nacional de Educação Popular em Saúde e pelas experiências de Vigilância nos territórios que apontem soluções para questões que vão sendo experienciadas no SUS, nas relações intersetoriais e com os movimentos sociais/populares.

3.2 EIXO DA INTEGRALIDADE

3.2.1 Por que é fundamental que a vigilância territorial, integral e participativa dos agrotóxicos deixe de ser realizada apenas por evento de agravo à saúde notificável e passe para uma perspectiva proativa de prevenção de efeitos agudos e crônicos, e de cuidados, que visem a promoção e a recuperação da saúde?

O processo saúde e doença ocorre mediante interações localizadas nos corpos, que não são apenas individuais, eles pertencem aos indivíduos em escalas bio comunais como da família, da comunidade, aos níveis sociais, culturais, políticos, econômicos e ecológicos, todos interdependentes. O território de vida e de trabalho pode ser considerada uma unidade de análise de ação a incidência das políticas públicas e das estratégias de exercício da solidariedade e da autonomia para o bem viver, podemos chamar essa escala espaço-populacional, também de corpo-território, que é atravessado de possibilidades fundamentais para a saúde. O tema da vigilância da saúde nessa perspectiva deixa a burocracia e o faz de conta para uma outra possibilidade de organização de estratégias de sustentabilidade, de solidariedade, de soberania e de saúde.

3.2.2. Que organização local é necessária para que a vigilância dos processos de vulnerabilização e de exposição aos agrotóxicos e dos efeitos socioambientais decorrentes se realizem no território?

Com os profissionais de saúde capacitados e com habilidade para reconhecer o território e os processos geradores de nocividades para a saúde, de modo participativo e intersetorial, e tendo um modelo auxiliar para percorrer todos os fluxos envolvidos, planejar de modo sistêmico as ações a serem executadas nos territórios, que sejam mais efetivas do ponto de vista da prevenção e da proteção, observando os diferenciais de vulnerabilidades e de exposição envolvidos. Um método viável de execução, que considere o território como um sistema com todas as conexões nas vias nocividades e em todas as escalas que desde o corpo ao espaço-populacional (território) orientador da ação deve ser apresentado e flexível para ser ajustado em cada contexto local, considerando a diversidade de situações existentes. A avaliação participativa e plenamente comunicável deve ser uma chave para ampliar a adesão popular ao sistema de vigilância, que deve acolher as iniciativas autônomas promovidas pelos segmentos sociais, especialmente aquelas vindas com o objetivo de promover e cuidar da saúde e do ambiente.

3.2.3. Que estruturas de suporte municipal, estadual, regional e nacional são necessárias para que essa organização local tenha autonomia e sustentabilidade?

Uma gestão menos verticalizada e mais horizontal requer o aporte de uma caixa de ferramentas cognitivas que precisa ser mobilizada no sentido da abertura e da cooperação, do acolhimento de iniciativas e de estímulos ao bem comum, dar reconhecimento às tecnologias criadas a partir dos problemas como eles se dão na vida dos atores locais. Os processos formativos não podem congelar as possibilidades da invenção, do entendimento e das trocas.

Estas perspectivas requerem processo de formação em uma perspectiva das habilidades e competências para ação segundo as questões locais.

A integração da vigilância da saúde dos agrotóxicos à linha de cuidado requer incluir estas ações junto às estruturas de atenção à saúde, especialmente na APS, emergência e algumas clínicas especializadas. A Saúde Reprodutiva é um dos temas que pode servir de fio condutor para essa estruturação, assim como à Saúde dos Trabalhadores em toda rede Renast. E tudo isto deve estar estruturado no nível local. Os LACENs e as Clínicas Especializadas e de Exames Complementares precisam estar equipados e capacitados para dar suporte às investigações necessárias quando demandados com objetivos de apoio clínico.

3.2.4 Quais os desafios dos processos de educação permanente em saúde e de formação técnica direcionadas para os agentes de saúde (ACE/AVS, ACS, AIS e AISAN). (Considerar as contradições entre cursos de treinamento na perspectiva biomédica proposto atualmente pelo MS e a necessidade de formação técnica em consonância com a PNVS)?

Apontamos alguns desafios que se configuram como: a necessária garantia da discussão coletiva dos problemas de saúde e necessidades educativas; superar o distanciamento entre os formuladores da política e os atores que vivem e trabalham na realidade local e que devem ser vivenciadas também pelos "gestores"; rever conceitos e instrumentos que hoje tornam ineficaz a vigilância em saúde no tema dos agrotóxicos; enfrentar o reduzido apoio aos serviços locais e regionais; superar a fragmentação das vigilâncias mediante a adoção de uma linha de atuação geral que facilite o diálogo, mesmo mantida as algumas especificidades; superar as dificuldades de financiamento ocasionadas pela lenta burocracia; superar a verticalidade das ações de vigilância, integrar a vigilância a linha de cuidado desde a APS; de fato fazer a vigilância das populações expostas quando considerando os processos de produção e consumo; incluir os agravos crônicos e de saúde reprodutiva na preocupação dos profissionais de saúde dos territórios com maior vulnerabilidade relacionada aos agrotóxicos; dar seguimento de apoio integral as populações que sofrem exposições massivas aos agrotóxicos em razão dos modos de utilização desses químicos; superar a desmotivação dos profissionais e gestores; incluir uma visão integrada de atuação no território na questão dos agrotóxicos que seja sistêmica, tenha uma organização que aponte para a participação e integração Inter setorial, que execute avaliações, que informe de modo transparente e amplo os diversos segmentos e que esteja aberto as iniciativas e demandas orientadas dos grupos populares que sofrem os problemas dos agrotóxicos; etc. A Política de Educação Popular em Saúde deve ser instada a colaborar nesse processo para avançar a compreensão dos trabalhadores do SUS e de outros setores para a perspectiva da vigilância territorializada, participativa e integrada.

3.3 EIXO DO TERRITÓRIO \TERRITORIALIDADE

3.3.1. Como o contexto de expansão e de intensificação do uso de agrotóxicos no Brasil afeta a saúde e o ambiente? Considerar esses elementos como elementos geradores de nocividades no processo determinação social dos agravos à saúde e do perfil epidemiológico das

populações expostas (Projeções de expansão do agronegócio – Censo Agropecuário e Ministério da Agricultura e as relações com as mudanças climáticas)?

O Sistema de Informação em Saúde está inadequado para a Vigilância da Saúde frente ao alto consumo de agrotóxicos no processo produtivo, na geração de poluição ambiental, perda de biodiversidade e exposição humana a esses agentes nocivos. Está inadequado e incongruente quanto ao anúncio posto nas suas diretrizes. Infelizmente centrado apenas em eventos agudos que geram, de modo subnotificados, os registros que não traduzem as nocividades sobre os territórios. Os dados gerados nos diversos sistemas e fontes de informação regulares devem compor um sistema integrado de análise que auxilie as organizações locais, governamental e da sociedade civil, a estabelecer estratégias de ação para prevenção e cuidado da saúde e do ambiente.

3.3.2. Quais as condições necessárias para realização de uma vigilância da saúde integrada e participativa de base territorial para o cuidado de populações expostas aos agrotóxicos?

Repensar a vigilância é uma questão importante, uma vez que as vigilâncias nos territórios atuam de forma mecânica no repasse de informações. Se o território é onde acontecem os processos da reprodução social podemos ancorar no nível local as intersecções de políticas para proteger os indivíduos e organizar estruturas que dão ao contexto coesão, pertencimento, desejo, e fluxos de afeto necessários para as proposições políticas e para sua efetividade. Uma estrutura que constrói o dado com sentido para aqueles que precisam compreender as razões dos acometimentos e dialoga na conjunção para que as ações sejam efetivas. Para tal, torna-se necessário menos burocracia cartorial e mais estímulo para a ação local.

3.3.3. Considerando-se a complexidade do problema dos agrotóxicos, como os territórios podem ser considerados um sistema para ação da vigilância em saúde?

É importante reconhecer como as pessoas vivem nos territórios onde acontecem as expressões da questão socioambiental em seus cotidianos de vida. Como habitantes de um território e os profissionais de saúde adstritos lidam com a contaminação da água potável, por exemplo, com os agravos agudos, crônicos e sobre a saúde reprodutiva, relacionadas aos agrotóxicos e os múltiplos efeitos que advém desses problemas? Sabemos que estas questões ainda estão por serem desveladas e equacionadas no SUS para a quase totalidade dos territórios nacionais que devem ser cuidados segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

3.3.4. Considerando-se as mudanças climáticas, quais os desafios e ameaças que devem ser relacionados e as respectivas ações de contingência e emergência para enfrentamento dos agrotóxicos (EIA/RIMA – lei geral de licenciamento ambiental, combustível fóssil, fertilizantes, óxido nitroso)?

As questões relacionadas aos processos produtivos e de consumo que vem sendo estabelecido tecnologias desde a revolução industrial e cada vez mais radicalizado pelo

capitalismo neo-extrativista são os responsáveis pelas mudanças climáticas no planeta, mudanças geológicas conhecidas como antropoceno e ao qual agregamos a palavra capitaloceno. O mínimo estabelecido para a regulação dos processos produtivos e empreendimentos não têm sido executados de modo a proteger a saúde e o ambiente.

Assim como o modelo de vigilância cartorial, vertical, centralizado, tem sido ineficaz para produzir ações de contingência e emergência. O problema dos agrotóxicos está imerso no modelo de produção agropecuário de enorme injustiça social, ambiental, onde se destacam as injustiças hídricas e a perda de biodiversidade mediante o desflorestamento e a transgenia. Trata-se de um modelo altamente expropriador de terras, de populações; espoliador da natureza; energético e hidrológico intensivo de consumo para produzir commodities de exportação. Além dos agrotóxicos, os fertilizantes, os combustíveis fósseis e outras matrizes energéticas que são postas a serviço de grandes produtores, todas estas questões fazem parte de processos insustentáveis da vida e da saúde.